

- Almeida, Regina Celestino de. "O lugar dos índios na história: dos bastidores ao palco". In: _____. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 13-28;

Capítulo 1

O lugar dos índios na história: dos bastidores ao palco

No tempo dos bastidores

Como os índios têm sido vistos tradicionalmente em nossa história? Desde a *História do Brasil* de Francisco Adolfo Varnhagen (1854) até um momento bastante avançado do século XX, os índios, *grosso modo*, vinham desempenhando papéis muito secundários, agindo sempre em função dos interesses alheios. Pareciam estar no Brasil à disposição dos europeus, que se serviam deles conforme seus interesses. Teriam sido úteis para determinadas atividades e inúteis para outras, aliados ou inimigos, bons ou maus, sempre de acordo com os objetivos dos colonizadores. Além disso, em geral, apareciam na história como índios apenas no momento do confronto, isto é, quando pegavam em armas e lutavam contra os inimigos. Assim, os tamoios, os aimorés, os goitacazes e tantos outros eram vistos como índios guerreiros, que resistiram bravamente à conquista de suas terras. Foram, no entanto, derrotados e passaram a fazer parte da ordem colonial, na qual não havia brecha nenhuma para a ação. Tornavam-se,

então, vítimas indefesas dessa ordem. Na condição de escravos ou submetidos, aculturavam-se, deixavam de ser índios e desapareciam de nossa história.

Essas ideias, até muito recentemente, embasavam o desaparecimento dos índios, em diversas regiões do Brasil, já nos primeiros séculos da colonização. Desapareciam, porém, deve-se ressaltar, apenas da história escrita. Estudos recentes têm demonstrado que, do século XVI ao XIX, os índios inseridos no mundo colonial, em diferentes regiões da América portuguesa, continuavam muito presentes nos sertões, nas vilas, nas cidades e nas aldeias. Inúmeros documentos produzidos pelos mais diversos atores sociais evidenciam essa presença.

Como se explica terem desaparecido da história do Brasil? Em grande parte, parece-me, devido à ideia acima apontada e predominante, por muito tempo, entre antropólogos e historiadores. Trata-se da ideia segundo a qual os índios integrados à colonização iniciavam um processo de aculturação, isto é, de mudanças culturais progressivas que os conduziam à assimilação e conseqüentemente à perda da identidade étnica. Assim, as relações de contato com sociedades envolvidas e os vários processos de mudança cultural vivenciados pelos grupos indígenas eram considerados simples relações de dominação impostas aos índios de tal forma que não lhes restava nenhuma margem de manobra, a não ser a submissão passiva a um processo de mudanças culturais que os levaria a serem assimilados e confundidos com a massa da população.

Nessa perspectiva assimilacionista predominante, por longo tempo, no pensamento antropológico, os índios integrados à colonização tornavam-se indivíduos aculturados e passivos que, junto com a guerra, perdiam culturas, identidades étnicas e todas as possibilidades de resistência. Tal concepção

teórica, hoje bastante questionada, tinha ampla aceitação num tempo em que historiadores e antropólogos andavam afastados e seus campos de estudo eram nitidamente distintos. Culturas, identidades étnicas, relações culturais e vários outros temas relacionados ao cotidiano de homens comuns e de povos não ocidentais eram assunto de antropólogos e, em geral, estudados num plano sincrônico, isto é, sem levar em conta processos de mudança.

A cultura dos chamados “povos primitivos”, vista como pura e imutável, era objeto de investigação dos antropólogos preocupados em compreendê-la em suas características originais e autênticas. Processos históricos de mudança por eles vividos não eram valorizados por pesquisadores interessados em desvendar a lógica e o funcionamento da cultura entendida de forma essencialista, isto é, como fixa, estável e imutável. Além disso, os chamados povos primitivos eram considerados isolados e sem história. Moviam-se com base em suas tradições e mitos considerados também a-históricos. Essas ideias, com exceções e nuances que não serão aqui abordadas, predominaram entre as principais correntes do pensamento antropológico, ao longo do século XX, e orientaram importantes e excelentes trabalhos sobre os povos indígenas da América e suas culturas, porém não numa perspectiva histórica.

Embora algumas vozes já alertassem, em meados do século XX, para a importância de se considerar a trajetória histórica dos povos para o melhor entendimento de suas culturas, predominou, entre os antropólogos, a concepção de que os processos históricos portadores de mudança não eram importantes para a compreensão de seus objetos de estudo. Ao contrário, eram vistos como propulsores de perdas culturais sucessivas que levavam à extinção dos povos estudados. Afinal, se a cultura era vista como algo fixo e estável, relações de

contato, principalmente com povos de tecnologia superior, só poderiam desencadear processos de aculturação que conduziram necessariamente a perdas culturais e à extinção étnica. As relações de contato eram, então, *grosso modo*, vistas como relações de dominação/submissão, na qual uma cultura se impunha sobre a outra, anulando-a. Nessa perspectiva, os índios integrados à colonização, seja como escravos ou como aliados, eram vistos como submissos e aculturados, não constituindo, pois, categoria social merecedora de maiores investigações.

A partir dessa perspectiva, as interpretações sobre as relações de contato eram pensadas com base em dualismos simplistas que estabeleciam rígidas oposições entre índio aculturado e índio puro; aculturação e resistência cultural (entendida esta última como negação dos novos valores culturais impostos); estrutura cultural (fixa, imutável e orientadora do comportamento dos povos primitivos) e processos históricos (responsáveis por introduzir mudanças e conduzir à extinção desses mesmos povos). Esses dualismos foram, em grande parte, responsáveis por abordagens redutivistas que conduziram a visões equivocadas sobre a atuação dos índios nos processos históricos.

A percepção de que os índios em contato com sociedades envolventes caminhavam inevitavelmente para a assimilação predominou até quase os nossos dias, mesmo entre os mais dedicados defensores das causas e dos direitos indígenas. Entre esses, vale citar Florestan Fernandes. O autor procurou desmistificar algumas visões equivocadas da historiografia quanto ao comportamento passivo dos índios face à colonização. Enfatizou a resistência indígena, buscando entendê-la a partir das características da organização social dos tupis, desconstruindo a ideia do baixo nível civilizatório dos índios. Apresentou-os

como bravos inimigos dos portugueses que lutaram ardorosamente, mas que, uma vez vencidos, tornaram-se aculturados, submissos e escravizados. Ao perderem a cultura "autêntica", passaram a fazer parte de um outro sistema, no qual eram derrotados e não tinham possibilidades de escolha. Foram bravos, mas perderam e "...o seu heroísmo e a sua coragem não movimentaram a história, perdendo-se irremediavelmente com a destruição do mundo em que viviam" (Fernandes, 1976:72), como destacou o autor. Sem desmerecer o importante trabalho de Fernandes, responsável em desvelar, ainda que com limites, a lógica de funcionamento da sociedade tupinambá, cabe reconhecer que sua abordagem reforçava a concepção de Varnhagen segundo a qual para os "...povos na infância não há história: há só etnografia" (Varnhagen, s/d:42, v. 1).

Essa frase de Varnhagen evidencia claramente o papel reservado aos índios também pelos historiadores. Ainda que distantes dos antropólogos quanto às temáticas analisadas e às formas de abordá-las, comungavam com eles quanto às ideias assimilacionistas a respeito dos índios. Para eles, os índios também eram povos primitivos, espécies de fósseis vivos da humanidade, portadores de culturas autênticas e puras que deviam ser estudados por etnógrafos, antes que desaparecessem. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 com a intenção de criar uma história do Brasil que unificasse a população do novo estado em torno de uma memória histórica comum e heroica, iria reservar aos índios um lugar muito especial: o passado. Nessa história, os índios apareciam na hora do confronto, como inimigos a serem combatidos ou como heróis que auxiliavam os portugueses. Os índios vivos e presentes no território nacional, no século XIX, não eram incluídos. Para eles, dirigiam-se as políticas de assimilação que, desde meados do século XVIII, tinham o ob-

jetivo de integrá-los acabando com as distinções entre eles e os não índios, primeiro na condição de súditos do Rei, depois como cidadãos do Império.

Essas formas de compreensão sobre os índios iriam se manter até muito avançado o século XX e eram respaldadas e incentivadas pelas políticas indigenistas. A política assimilacionista para os índios, iniciada com as reformas pombalinas em meados do século XVIII, teve continuidade no Império brasileiro e também na República. Ainda que diferentes legislações garantissem as terras coletivas e alguns outros cuidados especiais para os índios enquanto eles não fossem considerados civilizados, a proposta de promover a integração e extingui-los como grupos diferenciados iria se manter até a Constituição de 1988. Essa foi a primeira lei do Brasil que garantiu aos índios o direito à diferença, marcando uma virada significativa na legislação brasileira. A nova lei, em grande parte influenciada pelos movimentos sociais e indígenas do século XX, veio, na verdade, a sancionar uma situação de fato: os índios, nos anos 1980, contrariando as previsões acadêmicas, davam sinais claros de que não iriam desaparecer.

Até os anos 1970 do século XX, no entanto, a perspectiva pessimista do inevitável desaparecimento dos índios predominava entre os intelectuais brasileiros, incluindo os mais dedicados defensores de seus direitos. Ainda que denunciando violências e lutando por legislações favoráveis aos índios, intelectuais, indigenistas e missionários buscavam, *grosso modo*, apenas retardar um processo visto por eles como irreversível. Os índios, não resta dúvida, iriam desaparecer.

Conquistando um lugar no palco...

Surpreendentemente, as previsões não se cumpriram. Os povos indígenas não desapareceram. Ao invés disso, crescem

e multiplicam-se, como demonstram os últimos censos. Tornam-se cada vez mais presentes na arena política brasileira, ao mesmo tempo em que despertam o interesse dos historiadores e lentamente começam a ocupar lugar mais destacado no palco da história. A que se deve esse movimento? O chamado processo de aculturação continua em curso e, deve-se convir, cada vez mais intenso nesses tempos de globalização. Porém ao invés de levar à extinção das diferenças étnicas, parece que tem contribuído para reforçá-las.

O recente episódio envolvendo os conflitos e o julgamento sobre as terras da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, é significativo a este respeito. Em dezembro de 2008, cinco povos indígenas (macuxi, wapixana, ingaricó, patamona e taurepang), há 30 anos em disputa pela demarcação de suas terras nessa reserva, tiveram seus direitos defendidos pela advogada indígena Joênia Batista de Carvalho. Índia wapi-xana, Joênia foi a primeira indígena a defender uma causa no Supremo Tribunal Federal. Acontecimento histórico, nas palavras da própria Joênia, que nos convida a refletir sobre a história dos índios em nosso país. Sem entrar no mérito da questão, cabe assinalar a atuação de Joênia que, formada em direito, atuou como defensora de seu próprio grupo. Participou do ritual do julgamento com a toga que a função exige e com o rosto pintado conforme as tradições de seu povo. Com coragem e determinação, defendeu os direitos dos índios, que acabaram ganhando a causa.

Alguém duvida que ela seja índia? Com certeza, sim. Entre os argumentos contrários à demarcação contínua daquelas terras, inclui-se o argumento de que muitos dos grupos ali envolvidos há muito deixaram de ser índios. Percebe-se, pois, que as disputas políticas por esses direitos envolvem disputas sobre suas classificações étnicas. Ser ou não ser índio implica

ganhar ou perder direitos e isso não acontece apenas em nossos dias. Desde meados do século XVIII, disputas políticas em torno de classificações étnicas para assegurar ou não direitos indígenas concedidos pela legislação já ocorriam.

Por ora, para o argumento em questão, importa reconhecer que os movimentos indígenas da atualidade evidenciam que falar português, participar de discussões políticas, reivindicar direitos através do sistema judiciário, enfim, participar intensamente da sociedade dos brancos e aprender seus mecanismos de funcionamento não significa deixar de ser índio e sim a possibilidade de agir, sobreviver e defender seus direitos. São os próprios índios de hoje que não nos permitem mais pensar em distinções rígidas entre índios aculturados e índios puros.

Cabe aqui retomar a questão sobre as mudanças nos instrumentos de análise dos antropólogos e historiadores e reconhecer que, em grande parte, essas mudanças foram e continuam sendo influenciadas pelos movimentos indígenas da atualidade. Afinal, se os índios deveriam desaparecer, conforme as teorias do século XIX e de boa parte do XX, mas, ao invés disso, crescem e multiplicam-se, é hora de repensar os instrumentos de análise. É o que tem sido feito, nas últimas décadas, por historiadores e antropólogos que cada vez mais se aproximam e reformulam alguns conceitos e teorias fundamentais para pensar sobre as relações entre os povos.

Nessa aproximação, os antropólogos passam a interessar-se pelos processos de mudança social, percebendo que seus objetos de estudo não são imutáveis e estáticos, e os historiadores passam a valorizar comportamentos, crenças e cotidianos dos homens comuns, tradicionalmente considerados irrelevantes, bem como a interessar-se por estudos de povos não ocidentais que tiveram importância fundamental em nossa história, tais como os índios e os negros.

A noção de cultura no sentido antropológico, incluindo todos os produtos materiais, espirituais e comportamentais da vida humana, bem como as dimensões simbólicas da vida social têm sido amplamente adotadas pelos historiadores. Em suas análises, valorizam os diferentes significados das ações humanas para entender os processos históricos. Os antropólogos, por sua vez, valorizam os processos históricos de mudança como elementos explicativos e transformadores das culturas dos povos por eles estudados, na medida em que abandonam a antiga ideia de cultura fixa e imutável. Reconhecem que as trajetórias históricas vividas pelos povos são importantes para uma compreensão mais ampla de suas culturas.

Cabe destacar a contribuição fundamental do historiador E. P. Thompson que enfatizou a importância de se considerar a historicidade da cultura. De acordo com ele, a cultura é um produto histórico, dinâmico e flexível que deve ser apreendido como um processo no qual homens e mulheres vivem suas experiências. O antropólogo Sidney Mintz, comungando tais percepções, destacou a importância de se perceber que um sistema cultural apresenta variabilidade no que se refere às intenções, consequências e significados dos atos escolhidos pelos indivíduos. Pessoas situadas em posições socialmente diferentes podem até agir da mesma forma, mas essas ações muito provavelmente não terão para elas o mesmo sentido, nem tampouco as mesmas consequências. Os homens agem e se relacionam, conforme seus lugares sociais e seus objetivos. Daí a importância de se estabelecer o entrosamento dinâmico entre sociedade e cultura. As estruturas culturais orientam o comportamento dos homens, mas não podem ser vistas como malhas de ferro que não lhes possibilitem agir fora delas.

Dessa forma, processos históricos e estruturas culturais influenciam-se mutuamente e ambos são importantes para uma compreensão mais ampla sobre os homens, suas culturas, histórias e sociedades.

A partir dessas novas concepções teóricas, antropólogos e historiadores têm analisado situações de contato, repensando e ampliando alguns conceitos básicos sobre o tema. A compreensão da cultura como produto histórico, dinâmico e flexível, formado pela articulação contínua entre tradições e novas experiências dos homens que a vivenciam, permite perceber a mudança cultural não apenas enquanto perda ou esvaziamento de uma cultura dita autêntica, mas em termos do seu dinamismo, mesmo em situações de contato extremamente violentas como foi o caso dos índios e dos colonizadores.

Nesse sentido, o conceito de aculturação também se altera e ao invés de se opor à resistência passa a caminhar junto com ela. Desde os anos 1970, esse conceito vem sendo problematizado e visto como processo de mão dupla, no qual todos se transformam. Em nossos dias, as ideias de apropriação e resignificação cultural têm sido mais utilizadas e realmente são mais adequadas ao estudo de situações nas quais se leva em conta os interesses e motivações dos próprios índios nos processos de mudança. Ao invés de vítimas passivas de imposições culturais que só lhes trazem prejuízos, os índios passam a ser vistos como agentes ativos desses processos. Incorporam elementos da cultura ocidental, dando a eles significados próprios e utilizando-os para a obtenção de possíveis ganhos nas novas situações em que vivem.

O conceito de tradição também tem sido repensado, prevalecendo, hoje, o pressuposto de que ela sempre se modifica ao ser transmitida. Tudo que se transmite é recebido conforme a maneira do recebedor, o que implica em valorizar

mais a apropriação do que a transmissão. No caso da história indígena, trata-se de deslocar o foco da análise dos colonizadores para os índios, procurando identificar suas formas de compreensão e seus próprios objetivos nas várias situações de contato por eles vividas.

Essa tem sido a tendência dos trabalhos das últimas décadas, através dos quais podemos perceber que as atitudes dos índios em relação aos colonizadores não se reduziram, absolutamente, à resistência armada, à fuga e à submissão passiva. Houve diversas formas do que Steve Stern chamou de resistência adaptativa, através das quais os índios encontravam formas de sobreviver e garantir melhores condições de vida na nova situação em que se encontravam. Colaboraram com os europeus, integraram-se à colonização, aprenderam novas práticas culturais e políticas e souberam utilizá-las para a obtenção das possíveis vantagens que a nova condição permitia. Perderam muito, não resta dúvida, mas nem por isso deixaram de agir.

A ideia de que os grupos indígenas e suas culturas, longe de estarem congelados, transformam-se através da dinâmica de suas relações sociais, em processos históricos que não necessariamente os conduzem ao desaparecimento, permite repensar a trajetória histórica de inúmeros povos que, por muito tempo foram considerados misturados e extintos. Não é o caso de desconsiderar a violência do processo de conquista e colonização. A mortalidade foi altíssima, inúmeras etnias foram extintas e os grupos e indivíduos que se integraram à colônia ocuparam os estratos sociais mais inferiores, sofrendo preconceitos, discriminações e prejuízos incalculáveis. Apesar disso, no entanto, encontraram possibilidades de sobrevivência e souberam aproveitá-las.

Como lembrou Jonathan Hill, os grupos sociais humanos, mesmo reduzidos à escravidão e às piores condições,

são capazes de reconstituir significados, culturas, histórias e identidades. Os índios integrados misturaram-se muito, não resta dúvida, entre si, e com outros grupos étnicos e sociais. Porém, muitos chegaram ao século XIX ainda afirmando a identidade indígena e reivindicando direitos que a legislação lhes concedia.

Sobre isso, cabe ainda uma breve reflexão sobre o conceito de identidade étnica, também repensado a partir dessas novas perspectivas histórico-antropológicas. Tal como a cultura, a identidade já não é vista como fixa, única e imutável. Ao contrário, é entendida também como construção histórica de caráter plural, dinâmico e flexível. Com base nos trabalhos de Max Weber e, mais recentemente, de Frederick Barth, os estudos atuais sobre etnicidade já não consideram a cultura como elemento definidor de grupo étnico. Ao invés disso, priorizam suas dimensões políticas e históricas. Nos anos 1920, Weber já alertava para o papel da ação política comum como elemento de formação e manutenção do sentimento de comunhão étnica. Barth, no final dos anos 1960, bastante influenciado pelas ideias do primeiro, enfatizava que as distinções étnicas não dependem da ausência de interação social, nem tampouco são destruídas por processos de mudança e aculturação. O autor valorizava também a ação política, o caráter organizacional e o sentimento subjetivo de pertencimento ao grupo como fatores essenciais nos processos de sua formação. Entendem-se, hoje, as identidades como construções fluidas e cambiáveis que se constroem por meio de complexos processos de apropriações e ressignificações culturais nas experiências entre grupos e indivíduos que interagem.

Assim, se os povos indígenas foram capazes de reelaborar, em situações de contato, suas culturas, fizeram o mesmo com

suas identidades. Os inúmeros e diferenciados grupos étnicos que habitavam a América tornaram-se todos índios na classificação dos europeus. Identidade genérica e imposta, porém em muitos casos assumida pelos índios como condição que lhes garantia alguns direitos jurídicos. Estudos realizados em diferentes regiões têm revelado as inúmeras possibilidades de reconstrução identitária por parte dos índios.

Do exposto, percebe-se que os movimentos indígenas da atualidade somados aos novos pressupostos teóricos da história e da antropologia conduzem ao abandono de antigas concepções que contribuíram para excluir os índios de nossa história. Os dualismos entre índio aculturado/índio puro, tradição/aculturação, estruturas culturais/processos históricos vão sendo superados, o que permite um outro olhar sobre populações indígenas inseridas nas sociedades coloniais e pós-coloniais.

E (quem diria?) a ação dos índios também move a história...

A partir dessas novas abordagens interdisciplinares, alguns pontos pacíficos da história do Brasil têm sido desmontados e dado lugar a interpretações nas quais os índios surgem como agentes dos processos de mudança por eles vividos. Fontes históricas, algumas já bastante trabalhadas, quando lidas de outra forma revelam realidades distintas das tradicionalmente apresentadas.

De início, convém ressaltar que as relações de contato estabelecidas na América entre europeus e grupos indígenas não devem ser vistas simplesmente como relações entre brancos e índios. Essa abordagem generaliza e simplifica uma questão que é extremamente complexa. Afinal, os grupos indígenas no Brasil eram muitos e com culturas e organizações sociais diversas, que os levavam a comportar-se de diferentes

formas em relação aos estrangeiros. Os índios não estavam na América à disposição dos europeus, e se muitos os receberam de forma extremamente aberta e cordial, oferecendo-lhes alimentos, presentes e, inclusive, mulheres, não o fizeram por ingenuidade ou tolice. A abertura ao contato com o outro é uma característica cultural de muitos grupos indígenas americanos e especialmente dos tupis. Outros grupos, no entanto, tinham características culturais distintas e alguns foram bastante arredios e hostis aos estrangeiros, como os aimorés, os muras, os guaicurus e muitos outros.

Por outro lado, os europeus também não devem ser vistos como um bloco homogêneo. Colonos, missionários, bandeirantes, autoridades metropolitanas e coloniais tinham interesses diversos na colônia e não se relacionavam com os índios da mesma forma. Cabe ainda lembrar que a colônia era um mundo em construção, no qual todos se influenciavam mutuamente e se transformavam. Nos primórdios da colonização, ocorridos em épocas variadas conforme as regiões, os portugueses eram extremamente dependentes dos índios, que souberam perceber e usar isso a seu favor, como têm revelado vários estudos.

Além disso, não se pode esquecer a contínua transformação da experiência do contato. Os interesses e objetivos dos vários atores sociais que interagiam na colônia, incluindo os índios, modificavam-se com a dinâmica da colonização e das relações entre eles. Assim, do século XVI ao XIX, os comportamentos e ações dos atores sociais eram impulsionados por motivações que se alteravam e podiam ter significações diversas, conforme tempos e regiões. Deduz-se daí que é praticamente impossível falar de uma história indígena geral do Brasil. Nas últimas décadas, estudos específicos têm se desenvolvido e revelado a amplitude de situações que caracteriza-

ram as trajetórias históricas e as relações dos diversos grupos e indivíduos indígenas em diferentes regiões e temporalidades. A partir desses estudos regionais, no entanto, algumas generalizações são possíveis e até necessárias, principalmente num livro de síntese como este.

Outras contribuições teóricas importantes para o estudo sobre os índios e suas relações partem das revisões historiográficas no âmbito da história política e da história econômica da América e do Brasil. Desde a década de 1970, as interpretações históricas que partiam das metrópoles para explicar a formação e o desenvolvimento das colônias vêm sendo questionadas. As pesquisas atuais priorizam os aspectos internos das sociedades americanas para a compreensão de suas histórias. Enfatizam a importância de se levar em conta os agentes, as instituições e as dinâmicas locais sem desconsiderar as necessárias articulações com as metrópoles. Nesse sentido, estudos regionais de caráter político e econômico têm se multiplicado e evidenciado as inúmeras e necessárias adaptações de normas, leis e projetos metropolitanos nas colônias, conforme as peculiaridades locais.

Entre essas peculiaridades, incluem-se, cada vez mais, as ações dos povos indígenas que deram limites e possibilidades aos projetos coloniais desenvolvidos na América. Um excelente exemplo a respeito disso são as capitanias hereditárias do Brasil. Criadas em 1534, a maioria delas fracassou, em grande parte, pelos ataques de grupos indígenas. As duas capitanias que mais prosperaram, São Vicente e Pernambuco, foram aquelas cujos donatários puderam contar com o apoio inestimável de lideranças indígenas com as quais estabeleceram estreitos laços de aliança. O projeto de catequese da Companhia de Jesus constitui outro exemplo interessante, na medida em que passou por inúmeros ajustes na Província do

Brasil para fazer frente às dificuldades locais, como ressaltou Charlotte de Castelnau-L'Estoile. Essas dificuldades foram, em grande parte, impostas pelos próprios índios.

Do ponto de vista da história política, cabe ainda destacar as atuais tendências teóricas que visam a questionar a ideia de oposição rígida entre dominadores e dominados. A percepção segundo a qual os primeiros exerceriam um controle total sobre os últimos anulando suas possibilidades de ação já não se sustenta. No caso dos índios submetidos à ordem colonial, os documentos têm revelado que eles tiveram possibilidades de agir e fizeram isso. Sua ação fundamentava-se, em grande parte, na própria lei. Isso nos remete a outra questão importante que tem sido valorizada na historiografia contemporânea. Trata-se de repensar o papel das legislações, vistas como resultantes de acordos, negociações e confrontos entre os agentes interessados e suas respectivas capacidades de fazer valer seus interesses. As leis não foram inventadas maquiavelicamente apenas para dominar e oprimir, pois ainda que legitimassem as relações desiguais, elas sempre permitiram mediações. Em outras palavras, as leis sempre deixaram brechas para as reivindicações dos menos favorecidos, e foi nessas brechas que os índios incorporados à colônia agiram, do século XVI ao XIX.

Os documentos analisados com base nessas novas abordagens apresentam índios que mesmo "aculturados" e "dominados", não deixaram de agir, não deixaram de ser índios e, embora por longo tempo ausentes da historiografia, não saíram da nossa história.